

CRIANÇAS INDÍGENAS “URBANAS”: APROXIMAÇÕES A UMA HISTORIOGRAFIA NA AMAZÔNIA

Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

Doutorando em Educação
do PPGE – UFSC;
Professor – UEA.
Manaus – AM [Brasil]
rmubarak@hotmail.com

A intencionalidade deste artigo é propor algumas aproximações, que poderão contribuir para a sedimentação de uma historiografia sobre as crianças indígenas na Amazônia. O campo de pesquisa sobre essas crianças é bastante atual, o que demanda a construção de bases teóricas e metodológicas específicas. Isso representa, para os pesquisadores da área, um desafio constante e, principalmente, uma busca pelo estabelecimento de um diálogo interdisciplinar com várias ciências, principalmente a História, a Antropologia, a Sociologia e a Educação, todas em suas subáreas que estudam as crianças e a infância e estão, gradativamente, possibilitando a construção desse caminho. Assim, nosso objetivo, além de contribuir para o debate, é trazer alguns indicadores que possam compor esse quadro de referência que está sendo composto tanto nacional quanto internacionalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças indígenas. Historiografia. Infâncias.

1 Introdução

Este texto resultante do desdobramento da pesquisa de doutoramento em educação, deverá fazer parte do primeiro capítulo da tese que está em fase de construção. Assim, a finalidade deste artigo é fazer uma primeira aproximação entre a forma como as crianças indígenas vem sendo tratadas na literatura – neste caso específico, a história – e as poucas informações historiográficas sobre elas. Busca-se também, por meio da recorrência às fontes históricas, identificar o modo como vivem essas crianças na área urbana de Manaus, o que pode contribuir para a reconstituição do imaginário e das representações que se constituíram e, se constituem, a respeito da “condição” de ser criança indígena no espaço urbano, possibilitando que se investiguem alguns dos problemas educacionais da atualidade.

De acordo com Bourdieu (2003), romper com o senso comum (tanto o vulgar quanto o científico) é uma das mais difíceis tarefas da prática científica. No entanto, restituir complexidade a objetos de aparente e facilidade de reconhecimento e definição social (como o caso da infância/criança e da criança “indígena”) é, na recomendação deste autor, um exercício necessário de fuga à “passividade empirista”, que faz do pesquisador presa de seu próprio objeto de estudo. Essa “advertência metodológica” faz ainda mais sentido quando se trata de focar problemas de forte apelo social, moral e emocional (além de político etc.), como é o caso da infância, considerada um caro valor à civilização que, em conjunto com a criança, desfruta de consenso quanto a sua importância e direitos na atualidade.

Na elaboração deste trabalho – além da consulta aos órgãos que lidam com a questão indígena –, pesquisou-se a literatura referente às crianças indígenas (pesquisa bibliográfica), fez-se o levantamento de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) e por outras instituições que se ocupam com essas crianças. Observamos que a escassez de dados aponta para uma grande lacuna nesse campo de pesquisa. Apesar dos

esforços, cremos que os resultados – ainda que parciais – apresentados neste texto representem uma primeira aproximação ao tema, o que nos incentiva, no processo da construção da tese, a dar continuidade aos estudos na área. Evidente que a dificuldade para realizar tal trabalho é um elemento delimitador da pesquisa, porém acreditamos que essa primeira aproximação contribua para que outras pesquisas possam aprofundar-se nessa questão.

2 A infância e as crianças indígenas

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a infância é o período da vida humana compreendido do nascimento até os dez anos de idade. As pessoas, nessa fase, recebem a denominação de criança. No dicionário (FERREIRA, 1986, p. 498), a palavra criança, apresenta a seguinte definição: é um “ser humano de pouca idade, menino ou menina; párvulo. Pessoa ingênua, infantil [...]”, neste caso estando na dependência de outros. O certo é que, no curso da história, as crianças têm sido vistas de diferentes modos e ocupando diferentes posições, dependendo do valor que as sociedades lhes atribuem. O historiador francês Philippe Ariès, em sua obra *História social da criança e da família* (1981), traça uma trajetória de como a criança vem sendo tratada ao longo dos séculos. Ressalta, por exemplo, que a infância sempre esteve ligada à idéia de dependência; por isso, a criança, no decorrer da história, tem sido vista como alguém com a perspectiva de “vir-a-ser”, mas que ainda não o é.

A infância permaneceu no anonimato, na perspectiva de Ariès, até fins do século XVII. Os pintores e miniaturistas dessa época apresentavam as crianças como adultos – de tamanho reduzido, demonstrando a posição que ocupavam na sociedade em geral. No entanto, a indiferença não ocorria apenas no que diz respeito ao que se verificava nas imagens, nas quais as roupas usadas pelas crianças daquela época assemelhavam-se às dos adultos. A crian-

ça era pouco particularizada na vida real, ainda não havia a idéia de infância. Assim que os recém-nascidos deixavam os cueiros, passavam a ser vestidos como pequenos adultos ou “adultos em miniatura”.

Até o século XVI, a infância permanecia ainda sob a invisibilidade das ciências sociais em geral. Com o avanço da ciência, a partir do século XVII, essa fase da vida torna-se reconhecida como uma etapa distinta da vida humana, com características próprias de desenvolvimento. É nesse momento que a criança sai do anonimato e passa a ser vista como tendo um mundo próprio, diferenciado do adulto, o que dá origem a um novo conceito, o da infância (ARIÈS, 1981), que se constitui foco das atenções, pois passa a ser considerada a idade fundadora da vida, e, por isso, matéria de estudos e observações. Dessa forma, aos poucos a criança vai assumindo identidade, voz e estatuto legal.

Entretanto, há uma especificidade no trato com a criança indígena, na literatura consultada. Após a descoberta do Novo Mundo, os europeus consideraram toda a espécie indígena em um estágio da “infância da humanidade”. Nesse contexto, a criança indígena representaria, “a infância da infância”, que mereceria cuidados especiais, principalmente dos eclesiásticos que viam nela a possibilidade de realizar inscrições perfeitas da cultura ocidental, em folhas inteiramente virgens da cultura indígena em estado bruto (BARRETO, 2004).

A colonização, fundada no saque e na predação, envolveu todos os “gentios”, sem nenhum critério, até os de tenra idade, no mesmo movimento de exterminação e escravidão. A Carta de Nóbrega a D. João III, Rei de Portugal, datada de 14 de setembro de 1551, tratando das “cousas desta terra”, dava conta do cenário conflituoso que envolvia a população de índios destribilizados, negros e escravos. Nóbrega, apoiado em seus firmes propósitos de conversão, ao mesmo tempo que ressaltava as medidas adotadas na catequização dos “gentios”, expunha o estado de degradação em que viviam adultos, crianças e jovens, após o contato com o colonizador. Dizia ele:

Esperam-nos em suas Aldeas e prometem fazerem quanto lhe disseremos. Este gentio está mui aparelhado a se nele fructificar por estar já mais domestico e ter há terra capitão que nam consentio fazerem-lhe agravos como nas outras partes. Ho converter todo este gentio hé mui facil cousa, mas sustentá-lo em boons costumes nam pode ser senam com muitos obreiros, por que em cousa nenhuma crem, se com exemplo e continua conversação os sustentarem. Eu, quando vejo os pouquos que somos e que nem pera acudir aos christãos abastamos, e vejo perder meus proximos ecriaturas do Senhor há mingoa, tomo por remedio clamar ao Criador de todos...

[...] E asi destas como dos escravos somos importunados de continuo pera se ensinar, de maneira que asi os meninos orfãos, que connosco temos, como nosos, ho principal exercicio hé ensiná-los. Com estas forras se ganharão muitas já christãs que polo setão andão, e asi muitos meninos seus parentes do gentio, pera em nosa casa se emsinarem, além de outros muitos proveitos que disso há glória de Nosso Senhor resultará[o]; e há terra se povoará em temor e conhecimento do Criador. (NÓBREGA, 1955, p. 98-101).

Após a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal, pode-se dizer que, durante três séculos e meio, as iniciativas oficiais em relação à criança pobre, particularmente às indígenas, foram deixadas de lado. Na Amazônia, fundada em atividades predominantemente extrativas, organizadas em caráter extremamente predatório, que não exigia qualquer tipo de qualificação para o desempenho dessas atividades, a preocupação com as crianças foi drasticamente relegada. Tudo que era necessário conhecer para transformar os recursos naturais em produtos (drogas do sertão e madeira) para o mercado internacional era de conhecimento dos nativos, utilizados indiscriminadamente como mão-de-obra. Assim, também as crianças indígenas não ficaram

de fora, tanto que foram utilizadas em todo tipo de trabalho, incluindo o trabalho escravo, após serem capturadas, durante os “baixamentos” e “realdeamentos” (BATISTA, 2006), de suas aldeias originais. As crianças e os jovens, principalmente os filhos dos chefes indígenas, foram separados dos pais e internados nos colégios dos missionários.

Os investimentos em atividades agrícolas que, de certo modo, estavam mais predispostos a proliferar, desde que associados aos conglomerados eclesiásticos, fracassaram diante do preponderante interesse dos colonos envolvidos com as atividades comerciais e extrativas. A expulsão dos Jesuítas, em que pesem as críticas a eles dirigidas, deixou as crianças indígenas totalmente à mercê da ganância dos comerciantes que delas se utilizavam em todas as formas de trabalho, seja no serviço doméstico, na lavoura ou na construção de obras.

Isso não ocorreu só na Amazônia. Arantes (1995), ao traçar o perfil das crianças no Brasil, em diferentes governos, mostra que cada um extraiu das crianças indígenas os mais diversos tipos de proveito: não as pouparam das guerras, dos trabalhos forçados nem da separação materna e paterna para servir aos ideários do colonizador, como pode ser visto nos registros de Azipilcueta Navarro (apud ARANTES, 1995, p. 183):

[...] só aos pequenos acho com boa inclinação, si os tirassemos de casa de seus paes, o que não se poderia fazer sem que sua Alteza faça edificar um colégio nesta cidade com destino a essas crianças para os educar, de maneira que com os maus costumes e malícias dos paes se não perca o ensino que si ministra aos filhos.

Os eclesiásticos construíram casas e colégios que abrigavam os filhos dos índios capturados nos processos de realdeamentos, assim como dos mestiços e dos órfãos portugueses e brasileiros. Eles foram por mais de 200 anos os “educadores” das crianças indígenas. O delta do Amazonas foi uma das mais

antigas áreas de ocupação. Já nos primeiros anos do século XVII, ali se instalaram soldados e colonos portugueses, inicialmente para expulsar os franceses, ingleses e holandeses, e, depois, como núcleos de ocupação permanente. Esses núcleos encontrariam uma base econômica na exploração de produtos florestais como o cacau, o cravo, a canela, a salsaparrilha, a baunilha e a copaíba que tinham mercado certo na Europa e podiam ser colhidos, elaborados e transportados com o uso da mão-de-obra indígena, farta e acessível naqueles primeiros tempos.

Os locais designados pela natureza, onde esses produtos cresciam, foi condicionante fundamental da ocupação da Amazônia. Afora o delta, em que concentra a maior parte da população, o vale amazônico só foi devassado linearmente ao longo dos rios, furos, lagos e canais do maior sistema fluvial da Terra, que é, ao mesmo tempo, uma das áreas de mais baixa densidade demográfica do mundo. Para essa obra de devassamento da floresta tropical e de exploração de seus produtos, os índios foram aliciados desde a primeira hora, para todo tipo de compulsões, da “sujigação” ao “descimento” para as missões e núcleos coloniais; até pela utilização de técnicas manhosas, como acostumá-los ao uso de artigos mercantis, cujo fornecimento posterior era condicionado à participação deles nas atividades produtivas como mão-de-obra para todo serviço.

Para mostrar como os índios e civilizados se relacionavam, Ribeiro (1979) selecionou a Região do Alto Rio Negro. Segundo ele, nesse local estava configurada uma fronteira da civilização que começava a estabilizar-se. Ali, o conflito aberto entre índios e civilizados possibilitou que se estabelecesse um modo de vida que permitia aos grupos indígenas sobreviventes conservar certos aspectos de sua cultura tradicional que, por sua vez, acomodavam-se às exigências de sua condição de populações integradas na economia regional como produtores e consumidores.

Nos vales do baixo Madeira e do Tapajós, Ribeiro verificou que, uma após outra, as tribos daquela região se levantavam contra o avanço da civili-

zação, abrindo sucessivas frentes de luta numa situação de conquista jamais consolidada ao longo de mais de um século. Nos vales do Juruá-Purus, ele constatou situações de sucessão ecológica em que populações neobrasileiras disputavam com grupos indígenas mais aguerridos o domínio de matas riquíssimas, como os seringais. Os seringueiros avançaram a ferro e fogo, dando cabo de toda a população indígena.

Sucintamente, no século XX, os índios da Amazônia viviam nas mesmas condições em que se encontravam à época dos descimentos para as missões religiosas e para o trabalho escravo no Brasil colonial. Ao longo do curso das águas navegáveis, aonde pudesse chegar uma canoa a remo, as aldeias eram assaltadas, incendiadas, e sua população, aliciada; dessas ações não escapavam as crianças e os jovens. Muitos índios expulsos de seus territórios perambulavam pela mata, sem paradeiro. Para qualquer lado que se dirigissem, deparavam com grupos de caucheiros, balateiros e seringueiros, prontos para exterminá-los.

O principal motivo dessa onda de violência era a crescente procura nos mercados internacionais do látex coagulado de certas plantas imemorialmente conhecidas dos índios, que delas se utilizavam para a fabricação de bolas de seringas e a impermeabilização de trançados e tecidos. Era a borracha utilizada na indústria de pneumáticos que vinha abrindo para a Amazônia uma fonte de riqueza como jamais tivera. Sua exploração começou na metade do século XVIII e se desenvolveu em ciclos sucessivos.

O primeiro ciclo é desencadeado pela invasão da floresta por bandos móveis de caucheiros que, em poucos anos, alteraram quase todo o vale à procura da castilloa elástica. Como as árvores eram abatidas para extrair todo o látex, os bandos tinham de mover-se continuamente em busca de novos nichos, cobrindo imensas distâncias. Nenhuma tribo em cujo território crescia os cauchais podia fugir do encontro dessa escória em forma de “exército”, que caía como cataclismo em cima das aldeias. Um dos procedimentos mais comuns de domínio dos índios era o seqüestro de mulheres e crianças, na pró-

pria maloca, sob a vigilância de um capataz. Desse modo, o bando de invasores se assegurava da cooperação dos homens na descoberta e na exploração de novos cauchais e, ao mesmo tempo, garantia seu abrigo, sua alimentação e satisfação de seus apetites.

O segundo ciclo iniciou-se quando começaram a escassear os cauchais, o que obrigou o bando a refluir para as terras baixas do vale onde se engajaria nas novas formas de produção da borracha, dando algum alento às populações indígenas de altos cursos dos rios tributários do Amazonas. Era a vez dos seringais (*hevea brasiliensis*), situados nas ilhas e terras marginais mais próximas dos postos de exportação. Nessas áreas, sobreviviam alguns grupos indígenas já experimentados nos embates com a civilização, remanescentes de tribos que, desde os tempos coloniais, mantinham contatos com neobrasileiros. Na economia regional, eles desempenhavam o papel de mão-de-obra ocasional e de produtores autônomos de peixe seco, peles de caça, de ovos de tartaruga, de óleos e essências florestais de outros produtos extrativos. Preservavam, todavia, sua economia tribal de subsistência com base na lavoura, na caça, na pesca e em sua autonomia étnica.

A exploração dos seringais não deixaria lugar, porém, para estilos tribais de vida. Em pouco tempo, aquelas populações foram compulsoriamente aliciadas para a produção da borracha e para o trabalho ligado à navegação fluvial. O “índio-remo”, o “índio-piloto” e o “índio-bússola” é que descobriram os seringais e os vincularam aos portos por meio do emaranhado de canais e rios que constituem a Amazônia. O que importava, naquela época, era conhecer as vias de acesso que levavam aos seringais. E esse domínio não assumia, senão acidentalmente, a forma de propriedades fundiárias, nas quais impõe-se quem dispõe dos meios de transportes e controla os trabalhadores. O seringal é, por isso, empresa desvinculada da terra; seu elemento é o rio no qual o homem não se fixa como povoador, mas apenas se instala como explorador, até o esgotamento dos seringais. Então, vai adiante com seus meios: as

canoas, o barracão de mercadorias e o livro de débito, deixando um deserto atrás de si e espichando cada vez mais o seu caminho (SILVA, 2007).

Para o índio, o seringal e toda a indústria extrativa representaram a morte, a negação de tudo o que necessitava para viver, pois ocupava-lhe a terra, dissociava sua família, dispersando os homens e tomando as mulheres; destruía a unidade tribal, sujeitando-a ao domínio de um estranho, incapaz de compreender suas motivações e de proporcionar-lhe outras. Enfim, submetia os índios a um regime de exploração, em que nenhum povo poderia sobreviver.

Outra característica da onda invasora que se lançava sobre os índios compunha-se, principalmente, de homens que, dispersos pelos seringais, só podiam satisfazer suas necessidades sexuais ou conquistar uma companheira, tomando-as dos índios. Essa carência determinou, na fase mais alta da borracha, um verdadeiro tráfico de mulheres “decaídas” que eram seduzidas pelos negociantes de Belém e Manaus e remetidas para os seringais, com fatura de despesa e comissão, como qualquer outra mercadoria (FARIA, 2003).

A economia amazonense, baseada na exploração dos seringais, alcançou seu apogeu no primeiro decênio do século XX e entrou em colapso quando, no mercado internacional, a borracha produzida pelos seringais cultivados oferecia preços mais baixos e qualidade mais alta para o mercado europeu. Uma época de fome se instalou na Amazônia, cuja economia se assentava nos gêneros importados. No entanto, os índios só escaparam da penúria porque não haviam abandonado a lavoura de subsistência, a pesca e a coleta.

Ribeiro (1979) observa que o colapso da economia extrativa foi a salvação das populações indígenas remanescentes da Amazônia, pois, caso durasse uma década a mais, essa economia teria levado ao extermínio quase todas as tribos do vale amazônico. Libertos do terror causado pelos exércitos de seringueiros, os índios retornaram à lavoura que lhes garantia, pelo menos, a subsistência e viam desaparecer as doenças carenciais que os atingiram nos tempos de riqueza. Entretanto, aos poucos, foram organizadas outras formas

de exploração das drogas das matas; nenhuma delas, porém, substituiu a importância da borracha, embora mantivessem uma economia de trocas. Com isso, surgiu a exploração, em alta escala da castanha, da copaíba, da balata, da piaçava e de uma série de outros produtos florestais; os bandos de extratores se avolumaram e ganharam forças, e zonas até então inexploradas foram invadidas, pois cada produto tem um *habitat* próprio. A castanha-do-pará que, por algum tempo, tornou-se um produto de exportação da Amazônia, cresceu em terras altas, onde não vingavam os seringais, exatamente naqueles confins em que os índios, expulsos das terras baixas, foram acoitar-se e de onde seriam desalojados pela nova onda invasora.

É sobre essa outra onda de invasão que nos fala Ferraz (apud MARTINS, 1993), 30 anos depois da exploração do caucho e da castanha, no fim dos anos 1950. Os Parkatejês são os temidos índios Gaviões que ocupavam a margem direita do rio Tocantins, no sudeste do Pará. A chegada dos coletores de castanha-do-pará àquele território, a partir da década de 1940, ampliou os conflitos entre os grupos locais, pondo em risco os modos de vida daquela sociedade. Dos Parkatejês só sobrou, após a morte de quase todas as mulheres adultas do grupo, a alternativa desesperada de entregarem seus filhos aos cuidados dos brancos. As crianças que tinham entre cinco e 15 anos (seis mulheres e sete homens) foram entregues às famílias dos funcionários públicos, por meio dos eclesiásticos. A trajetória dessas crianças e jovens foi bastante diversificada: apenas um deles (Mahiti), 30 anos depois, retornou à aldeia, depois de curta permanência na cidade.

A Manaus do século XIX (1858 a 1877) serve de cenário, síntese dos processos de destribalização/concentração, como pode ser visto no texto de Alves (1993,1994) que falava do ideal de instrução pública nos primeiros anos da Província. Alves, ao analisar a Casa dos Educandos – internato destinado a promover a educação profissional dos órfãos e dos desvalidos da Província, tornando-os úteis para o mercado local (1856) –, observa que quase todas as crianças indígenas ali abrigadas, que perambulavam

pelas ruas da cidade, foram recolhidas e transformadas em trabalhadores. Em 1872, contavam cerca de 80 crianças que ficaram sob responsabilidade daquele instituto.

Assim, muitas aldeias invadidas vieram para a cidade e deram origem a cidades como Manaus, Parintins, Tefé, Itacoatiara e Autazes. Os povos remanescentes hoje vivem nas periferias, em precárias condições. Há poucas informações sobre eles. Os dados do IBGE, de 2000, estimam que haja 7.893 pessoas de diferentes etnias morando nos bairros de Manaus. A zona de maior concentração da população indígena está localizada na Zona Leste, com 22,27% (1.758); a Zona Norte abriga 21,25% (1.677); a Zona Centro-Oeste, 14,94% (1.179); a Zona Centro Sul, 14,62% (1.154); a Zona Sul, 14,11% (1.114), e, finalmente a Zona Oeste, 11,01% (876). Há também indicações de habitantes indígenas em outras localidades: 135 pessoas, representando 1,71%.

Esses dados não correspondem àqueles apontados pelo Conselho Indigianista Missionário-CIMI (2001), que indica a existência, já em 1980, de mais de 10 mil índios vivendo em Manaus. No entanto, em nenhuma das fontes apontadas há registros sobre o número de crianças que habitam a cidade. Se considerarmos que, segundo o Censo do IBGE, de 2000, 45,03% dos habitantes de Manaus estão na faixa de 0 a 19 anos de idade, o total de crianças e jovens indígenas residentes nos bairros de Manaus, a partir da população indicada pelo IBGE (7.893, em 2000), é de 3.552 pessoas. Já utilizando os indicadores do Conselho Indigianista Missionário (10 mil em 2001), as crianças e jovens indígenas podem somar, aproximadamente, 4.500, somente em Manaus.

Cabe finalmente observar que, conforme adverte o Instituto Socioambiental¹, os números sobre a população indígena brasileira não passam de estimativas. Não existem dados precisos, pois nunca foi realizado um censo indígena de amplitude nacional. No entanto, é consenso que o Amazonas é o Estado brasileiro que possui o maior número de população

1 Essa instituição produziu um material intitulado “Povos indígenas no Brasil”. Disponível em: <www.socioambiental.org>.

indígena calculado entre 80 e 100 mil índios pertencentes a 70 etnias. Nesses números, não estão incluídos os habitantes indígenas que vivem nas cidades nem os que têm origem indígena, o que ainda se torna mais problemático.

3 A literatura sobre as crianças indígenas

Na revisão da literatura sobre o tema, não se pode deixar de mencionar a obra *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, organizada por Silva; Macedo e Nunes (2002), na qual as autoras realizaram uma importante coletânea de textos inéditos sobre as crianças indígenas. Conforme as autoras, contrariamente, o que parece óbvio e tão fácil de responder, após um olhar atento à literatura produzida sobre as sociedades indígenas no Brasil, principalmente a respeito de sua vivência nos centros urbanos, deixará evidente que assim não o é. Contudo, o que nos surpreende é o fato de que as informações sobre o universo indígena são raras na bibliografia da antropologia brasileira, conforme afirma Mead (apud SILVA; MACEDO; NUNES, 2002). Depois de tanto tempo na profissão, a antropóloga ainda se indagava a respeito do pouco interesse da antropologia sobre a infância, em relação a outros temas que tanto avançaram nessa disciplina. Segundo a autora, uma das dificuldades postas está relacionada com a própria cultura ocidental dos antropólogos e com o advento dos estudos a respeito das crianças, do qual a obra de Phillipe Ariès (1981) parece ter sido um marco.

Ao definir os primeiros contornos da trajetória nos estudos sobre as crianças indígenas, Silva, Macedo e Nunes (2002) observaram, com base nas questões levantadas no decorrer da década de 1970 e nos crescentes debates da década de 1980, que alguns trabalhos científicos começam a indicar mudanças, com o intuito de tratar, com maior profundidade e abrangência, a história da “invenção da infância” (ÁRIES, 1981). No entanto, para as autoras, a sedimentação, de fato, desse espaço ganhou relevância a partir

de 1994, influenciada pelo movimento europeu da antropologia, em especial da etnografia, que “[...] inaugura em definitivo um espaço de investigação científica, legitimando-o como de vital importância para as crianças e para a reflexão atual que se faz no seio das ciências sociais e da educação.” (SILVA; MACEDO; NUNES, 2002, p. 15).

Uma das maiores dificuldades no desenvolvimento de estudos sobre o tema da criança não deixa de ser a conduta adultocêntrica. Ela (a criança) é sempre vista e estudada como receptáculo de ensinamentos em quase todas as áreas do conhecimento e, mais particularmente, no campo da educação.

Em 1979, em comemoração do Ano Internacional da Criança, as Nações Unidas publicaram uma série de pesquisas que denunciavam as dramáticas condições em que se encontravam as crianças em diversos países do mundo, mostrando a dura realidade a que eram submetidas. Os anos 1980 foram marcados pela criação de inúmeras organizações não-governamentais que tratavam do tema, convocando a população para um movimento de proteção à infância. Esses também foram os anos de grande efervescência social, quando os movimentos populares recrudesceram, denunciando a política econômica e os abusos cometidos pela ditadura militar contra os direitos humanos. As polêmicas acerca dos direitos humanos e o contexto político favoreceram o aparecimento de inúmeros trabalhos científicos sobre as condições de vida das crianças, filhas de trabalhadores, e a respeito da questão do abandono. Acompanhando o movimento político, Silva, Macedo e Nunes mencionam um significativo avanço da psicologia do desenvolvimento e da sociologia, com novas abordagens sobre a problemática da infância.

Foi só no início da década de 80 que tiveram lugar as primeiras reuniões científicas interdisciplinares e internacionais no âmbito das ciências sociais, como o objetivo específico de discutir a infância. Em 1982, na London School of Economics, realizou-se

um seminário que reuniu antropólogos, psicólogos, historiadores e sociólogos, cujo objetivo seria chamar a atenção para um tema negligenciado, a saber, como as crianças adquirem cultura dentro da qual são socializadas. (2002, p. 13).

Ao lado da literatura internacional, no Brasil dos anos 1940, foi Roger Bastide quem expôs as dificuldades de comunicação entre o mundo adulto e o infantil (In: BARRETO, 2007), posteriormente documentadas por inúmeros trabalhos científicos sobre o tema, como a pesquisa de Alvim e Valadares (1988) e o trabalho realizado sobre a presença da criança na literatura brasileira. No entanto, é a obra de Fernandes (1989) que revela, com clareza e detalhes, o significado e a condição de ser criança em uma das maiores nações indígenas, os Tupinambás, sua vida e seus costumes.

Como em todas as partes do mundo, a comemoração do Ano Internacional da Criança também concentrou, no Brasil, alguns esforços para informar ao país e ao mundo a situação da infância brasileira. Uma das conseqüências é que, de lá até hoje, a sociedade brasileira tem-se preocupado mais com os temas relacionados à infância. No tocante ao interesses acadêmicos, também se estimulou o desenvolvimento de inúmeras teses, que se vêm avolumando nas prateleiras das faculdades, sobre o tema da criança indígena, o que demonstra alguma sensibilidade para realizar este estudo. Ainda no Ano Internacional da Criança (1979), segundo Silva, Macedo e Nunes (2002), o n. 64, jan./abr., 1979, da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* dedicou considerável quantidade de textos à infância, um dos quais, às crianças do grupo indígena Marubo (MELATTI; MELATTI, 1979). Outra obra mencionada é o trabalho de Alvim e Valadares (1988) *Criança e sociedade no Brasil. Uma análise da literatura*, cujo tema inclui uma “bibliografia sobre a criança no Brasil”. Contudo, o interesse pelo tema étnico ainda é frágil, de forma que dificilmente se encontra um único título específico sobre as crianças das sociedades indígenas.

2 Optamos por trazer apenas uma síntese dos princípios adotados, por entendermos que tanto no texto original, em inglês, quanto no de Silva, Macedo e Nunes, na parte introdutória denominada “Contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança”, são apresentados de forma completa.

Fundamentada nos estudos da antropóloga Allison James e do sociólogo Alan Prout, de 1990, a obra *Crianças indígenas: ensaios antropológicos* explicita seis princípios² que podem orientar a consolidação de um novo paradigma para o estudo da infância, sintetizados a seguir:

1. A infância deve ser entendida como construção social [...], 2. A infância deve ser considerada como variável de análise social [...], 3. As relações sociais e a cultura das crianças são merecedoras de estudos em si mesmas [...], 4. As crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação de sua própria vida social [...], 5. A etnografia é um método particularmente útil ao estudo da infância. Permite à criança participação e voz mais direta na produção de dados [...], 6. A infância é um fenômeno em relação ao qual uma dupla hermenêutica das ciências sociais está presente, ou seja, a proclamação do novo paradigma da sociologia da infância também deve incluir e responder ao processo de reconstrução da infância na sociedade. (SILVA; MACEDO; NUNES, 2002, p.18).

No entanto, é preciso não esquecer os escritos de Curt Nimuendajú (1982) que, tratando da vida indígena nas primeiras décadas do século XX, também forneceu informações sobre o lugar que crianças e jovens ocupavam em diferentes etnias, particularmente no Amazonas, e de Theodor Koch-Grünberg (2005), que, em seu livro *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil- 1903/1905*, faz uma densa etnografia da forma de organização de muitos dos povos indígenas da região, entre outros como Nunes Pereira (2003), que estudou e conviveu, por um longo período, com os índios Maués, tema de um de seus livros.

Do ponto de vista pedagógico, a criança indígena, nos meados do século passado e início deste século, ganhou destaque em várias obras, aqui

representadas por *Educação indígena e alfabetização*, de Bartomeu Meliá (1979); *Educação e sociedade indígena – Uma aplicação bilingüe do método Paulo Freire*, de Isabel Hernandez (1981); *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)*, de Marta Valéria Capala (1995); *A temática indígena na escola*, organizada por Silva e Grupioni (1995); *Educação Indígena, Cadernos Cedes*, v. 49, de 2000; *Práticas pedagógicas na escola indígena*, organizada por Silva e Ferreira (2001); *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*, organizada também por Silva e Ferreira (2001); *Escola indígena, identidade étnica e autonomia*, de Juracilda Veiga e Wilmar D'angelis (Org.) (2003); *Desafios atuais da educação escolar indígena*, de Juracilda Veiga e Maria Beatriz Rocha Ferreira (Org.) (2005). Esses livros exemplificam a tendência crescente, desde 1970, dos antropólogos que trabalham com povos indígenas, de divulgar para o público leigo trabalhos sobre crianças indígenas.

É preciso não esquecer, porém, que há uma produção de pesquisas no Amazonas que tangenciam a problemática das crianças indígenas, como é o caso dos trabalhos de Silva, (1998 e 2006), de Weigel (2000), de Freire (2000), de Freire (2006), de Barreto (2007) e de Mubarak Sobrinho (2007). Esses trabalhos são de vital importância para compreender o mundo indígena e, principalmente, para a sedimentação de um campo de pesquisa sobre as crianças indígenas na Amazônia, um desafio para nós pesquisadores da região e para muitos outros que venham a pesquisar os povos indígenas, sobretudo a criança indígena das áreas urbanas.

4 Considerações finais

De modo geral, a criança indígena, em seu local de origem, tem as condições para preservar-se e preservar sua cultura. A criança participa ativamente, de forma integrada, da vida da comunidade. Em todos os mo-

mentos, incluindo festas, rituais, brincadeiras e trabalho, acompanha a vida do grupo e tem, na maioria das sociedades tribais, seus “jeitos” de viver a infância baseados nos princípios que fundam seu grupo:

A criança transita entre a imitação e a recriação com uma facilidade e com sutilezas que nos escapam. Imitar, para a criança, é diferente do que é para nós que, inclusive, consideramos a imitação como algo menor, sem inspiração, estéril. A criança imita para se projetar adiante, para se descobrir, entender e superar [...] (PEREIRA 1997, p. 43).

Todos os estudos aqui apresentado, também se mostram importantes para compreender o problema das crianças indígenas nas periferias das cidades. Antes é preciso entender o que é ser criança nas culturas indígenas para que se possa se fazer o seguinte contraponto de comparação: as crianças indígenas têm seus direitos assegurados no cotidiano de suas vidas nas aldeias, e é assim também na cidade? Como os povos indígenas concebem e garantem esses direitos? Como esses direitos ficam assegurados na cidade? O que se perde e o que permanece com a migração no interior das famílias indígenas? Quais as questões novas que têm sido postas como desafios, a partir das narrativas do colonizador e das conseqüentes relações conflituosas entre as sociedades étnicas?

Poderia ser formulada uma lista de perguntas norteadoras para a realização de uma pesquisa mais consistente sobre as crianças indígenas nos espaços urbanos, porém os limites (de tempo e de recursos) destinados a essa pesquisa impuseram reduções drásticas ao trabalho. De qualquer modo, procurou-se fazer, ao máximo, uma aproximação que pode dar margem a outras pesquisas e abrir novas possibilidades de investigação.

**“URBAN” INDIGENOUS CHILDREN:
APPROXIMATIONS TO A HISTORIOGRAPHY IN THE AMAZON**

The intent of this article is to propose some approximations, which may contribute to sedimentation of a historiography on the indigenous children in the Amazon. The field of research on these children is very current demand that the construction of theoretical, methodological specific foundations. This represents for the researchers in the field, a constant challenge and, in particular, a search by establishing a dialogue with several interdisciplinary sciences, especially the History, Anthropology, Sociology and Education, all in their sub-areas which study children and childhood, and are gradually allowing the construction of this road. In addition, our goal, nevertheless contributing to the debate is to bring some indicators that can compose this frame of reference that is composed both national and internationally.

KEY WORDS: Childhood. Historiography. Indigenous children.

Referências

ALVES, M. E. Educação, trabalho e dominação. Casa dos educandos artífices. *Amazônia em Cadernos*. Manaus, Universidade do Amazonas, v. 2, n. 2-3, dez. 1993/1994.

ALVIM, M. R. B; VALLADARES, L. do P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 26, p. 3-43, 2. sem. 1988.

ARANTES, E. M. M. *Rostos de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula; Amais Livraria e Editora, 1995.

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARRETO, M. G. C. *Crianças e jovens: violência e sexualidade*. Manaus: apostila 2004.

BARRETO, M. G. C; ALMEIDA, S. V. *Crianças e jovens no Amazonas (XVI-XIX): imaginários e representações históricas*. Manaus: UEA Editora, 2007.

BATISTA, D. *Amazônia: cultura e sociedade*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006.

CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Educação indígena. *Cadernos Cedex*, Campinas, n. 49, 2000.

CAPACLA, M. V. *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)*: Brasília:DF/ São Paulo: MEC/Mari-USP, 1995.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Construindo uma nova história*. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

FARIA, I. F. *Território e territorialidades: indígenas do alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003.

FERNANDES, F. *A organização social Tupinambá*. São Paulo: Hucitec, 1989.

FERRAZ, I. Os índios Parkatejê 30 anos depois. In : MARTINS, J. de S. (Org.). *Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HERNÁNDEZ, I. *Educação e sociedade indígena – Uma aplicação bilíngue do método Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Senso populacional do ano 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

KOCH-GRUNBERG, T. *Dois anos entre os indígenas: viagens no noroeste do Brasil (1903/1905)*. Manaus: EDUA/FSDB, 2005.

MELIÁ, B. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MUBARAC SOBRINHO, R. S. As crianças Sateré-Mawé: os ecos de suas vozes. In: VINHARES, R. (Org.). *Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais*. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.

_____. O direito da criança Sateré-Mawé em 'ser' indígena: vozes que ecoam suas culturas infantis. Barcelona-Espanha. *Anais*. Congresso Mundial sobre Direitos das Crianças e Adolescentes, 3., 2007.

NIMUENDAJÚ, C. *Textos indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982.

NÓBREGA, P. M. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1955.

PEREIRA, Â. M. N. M. *A sociedade das crianças A'uwê-Xavante: por uma antropologia da criança*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PEREIRA, N. *Os índios Maués*. 2. ed. rev. Manaus: Valer/Gov. Est. Amazonas, 2003. (Poranduba, 4).

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <www.socioambiental.org>.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, A. L. da.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena a escola*. MEC/Mari/UNESCO, Brasília, DF: 1995.

_____.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global/FAPESP/MARI, 2001. (Antropologia e Educação).

_____.; _____. (Org.). *Antropologia, história e educação*. A questão indígena e a escola. São Paulo: Global/FAPESP/MARI, 2001. (Antropologia e Educação).

SILVA, A. L.; MACEDO, A. V. L.; NUNES, Â. (Org.). *Crianças indígenas*. Ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

SILVA, O. S. *Eduardo Galvão: índios e caboclos*. São Paulo: Annablume, 2007.

VEIGA, J.; D'ANGELIS, W. (Org.). *Escola indígena, identidade étnica e autonomia*. Campinas: ALB; Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2003.

VEIGA, J.; FERREIRA, M. B. R. (Org.). *Desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas: ALB; Brasília. DF: Ministério do Esporte, 2005.

WEIGEL, V. A. M. *Escola de branco em maloka de índio*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

Recebido em 30 out. 2007 / aprovado em 21 dez. 2007.

Para referenciar este texto

MUBARAC SOBRINHO, R. S. Crianças indígenas “urbanas”: aproximações a uma historiografia na Amazônia. *EccoS*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 467-488, jul./dez. 2007.